

MISSÕES RELIGIOSAS DO RIO GRANDE DO NORTE: HISTÓRICO E PRODUÇÕES

Fátima Martins Lopes

Doutora em História

Professora Associada

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

fatimaml@ufrnet.br

Resumo

O texto trata das Missões religiosas no período colonial da Capitania do Rio Grande do Norte, enfatizando a produção arquitetônica e artística dos índios e padres que conviviam nesses espaços de vivência, resistência e aprendizado. Utilizaram-se documentos produzidos pelos Padres jesuítas e os emanados das autoridades coloniais para a obtenção de dados que possibilitassem o questionamento sobre a produção artística local.

Palavras-chave: missões religiosas, história colonial, história indígena, produção artística, imaginária.

“la espada, la cruz y el hambre iban diezmando la familia salvaje”
(Pablo Neruda)

Histórico

O historiador italiano Ruggiero Romano¹ tomou esse verso de Neruda para tentar explicar como punhados de espanhóis puderam apoderar-se de impérios e milhões de vidas nas Américas no período moderno. A espada, a cruz e a fome foram, para ele, os elementos que em sua conjunção foram conquistadores eficientes.

A espada representaria o aspecto militar, belicoso e sangrento da conquista, pelas armas de fogo e de aço; pelas táticas e estratégias de guerra diferenciadas, como o combate à distância; pelos agentes desconhecidos na guerra, como o cão; pelos meios de transporte mais ágeis, como o cavalo.

A fome traduziria a desestruturação das estruturas econômicas, políticas e sociais das sociedades anteriores aos europeus, pela imposição da escravidão e dos trabalhos forçados; pela apropriação das terras; pelos novos ritmos de produção e produtos para o mercado; pelos novos tributos a serem pagos; e, conforme Marianne Mahn Lot² adicionou, pelo choque microbiano e viral que enfraqueceu e dizimou populações de vastas regiões, para falar o mínimo.

A cruz, por sua vez, representaria a tomada de posse, a justificação da conquista, o instrumental dos estados para a conquista espiritual dos povos. Sinais proféticos anteriores à chegada dos europeus (como incêndios em templos, cometas, raios destruidores, morte inexplicável de condores) e profecias (como a da chegada da árvore sagrada e a do retorno dos deuses civilizadores) proporcionaram um choque psicológico aos povos autóctones que permitiria a ação de novos profetas que pregavam a salvação.

A cruz sobrepôs-se às hierarquias e às religiões existentes, batizou milhões, em grupos e individualmente. Por ela, muitas vezes, fundaram-se altares e capelas antes que qualquer outra instituição europeia eclesiástica ou estatal estivesse presente nas novas conquistas, e muitas foram as ordens religiosas que se aventuraram pelo continente propondo a salvação cristã: franciscanos, dominicanos, agostinianos, oratorianos, mercedários, carmelitas, jesuítas.

Nessas conquistas espirituais, a experiência missioneira foi a maior responsável pela chamada expansão europeia, muito mais que a espada. Os missionários das diferentes ordens chegaram a todos os amplos espaços do mundo recém-conquistado da África, à Ásia e Américas. Por exemplo, na África, estiveram

¹ ROMANO, Ruggiero. Os Mecanismos da Conquista Colonial.: os conquistadores. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

² MAHN-LOT, Marianne. A Descoberta da América. São Paulo: Perspectiva, 1984.

presentes em Cabo Verde, Marrocos, Angola, Congo, Guiné, Serra Leoa, Moçambique, Etiópia, Madagascar. No Oriente estiveram na China, Tibete, Sri Lanka, Japão, Molucas, Indochina, Malásia, Índia, Filipinas.

Nas Américas, alcançaram do sul da Argentina ao Norte do Canadá, nas áreas de domínio católico de Portugal, Espanha e França. Estiveram na Nova França, na Nova Granada, na Nova Espanha e na Nova Lusitânia. Construíram seus colégios, hospícios e Missões em todos os ambientes geográficos: nas florestas tropicais e subtropicais, nos altiplanos, planícies e bordas de deserto. Estiveram dos *chacos* bolivianos às planícies mississipianas; da Floresta Atlântica brasileira à floresta de coníferas do Canadá; dos pampas argentinos ao altiplano mexicano; das ribeiras amazônicas às praias californianas; das *herbarias* paraguaias aos Grandes Lagos.

A convivência entre esses europeus e os indígenas americanos, segundo Serge Gruzinski³, contribuiu para fazer das Américas um Novo Mundo efetivamente, permitindo e dando condições para o surgimento de novas realidades culturais miscigenadas que geraram as culturas americanas atuais.

O legado dos missionários modificou o imaginário e o conhecimento europeu moderno do mundo através de seus mapas e descrições; definiram novas rotas e caminhos, ligando os espaços terrestres; criaram novas teorias geográficas para os vulcões, maremotos e marés; identificaram novas plantas e animais; permitiram a disseminação de novos alimentos, remédios e objetos; construíram com seus relatos, correspondências e escritos, um legado sobre o período das conquistas e colonização sem par, ensinando como as culturas se encontram, se mesclam e se influenciam mutuamente, permitindo perceber que ninguém permanece passivo no encontro, que nada permanece como era antes, que ninguém deixa de ser influenciado, mesmo à distância no tempo e no espaço.

Muito se discute atualmente sobre a atuação da igreja católica e seus emissários na dizimação de povos e culturas, principalmente na África e nas Américas. Não há como negar a imensa mortalidade ocasionada, voluntária e não, a escravidão dos povos, e a transformação, involuntária ou não, das culturas locais, mas preferimos pensar nos desdobramentos culturais desses encontros, principalmente naqueles que ocorriam pela atuação dos missionários. Temos que lembrar que esses homens, andavam centenas, milhares de quilômetros em lombo de burros e cavalos, em frágeis embarcações e, principalmente, a pé. Sofriam os riscos das viagens e das caminhadas e, ao chegar, sofriam o desconforto das precaríssimas acomodações e a ameaça das doenças tropicais desconhecidas, dos animais e dos povos receosos da sua aproximação, o que muitas vezes os levavam à morte.⁴ A Constituição jesuítica deixava claro essa MISSÃO: “ir a qualquer lugar que Sua Santidade ordenasse, fosse entre os fiéis ou entre os infiéis, sem alegar nenhuma desculpa, sem requisitar nenhuma verba para a jornada, em nome do que diz respeito à adoração de Deus e à prosperidade da religião cristã”.

O que os mobilizavam então para virem para as Américas? Evangelizar “selvagens”, como diriam alguns de seus contemporâneos? A grande dúvida que pairava entre muitos pensadores europeus naquele momento era exatamente a humanidade dos seres encontrados no Novo Mundo. Perguntavam-se então: seriam realmente homens aqueles seres de peles coloridas, aparentemente sem leis e líderes, vivendo em tão pequenas e pobres comunidades que mal se podiam declarar como aldeias? Essas dúvidas, que não existiam quanto à rica Ásia, com seus impérios e reinos, surgiram sobre a África e foram logo transpostas à América e, somente em 1537, com as notícias dos grandes Impérios Astecas e Incas, a bula papal *Sublimis Deus*⁵ determinou que esses seres eram homens racionais, sim, e com almas a serem salvas. E aí estava o foco da atuação de milhares de homens que se deslocaram aos continentes a serem conquistados: salvar almas.

³ GRUZINSKI, Serge. O pensamento mestiço. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.; e GRUZINSKI, Serge. A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁴ ANCHIETA, José de. “Informação da Província do Brasil para o nosso Padre” (1585). In: Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. (Cartas Jesuíticas, n.3). p. 420.

⁵ Apud FROLICH, Roland. História da Igreja, São Paulo: Paulinas, 1987. p. 128.

Na América, definida então a principal atuação de qualquer católico, mas principalmente dos missionários ordenados, existia a primeira pergunta: como evangelizar aqueles que não eram considerados capazes intelectualmente para receber os sacramentos? A impressão da incapacidade indígena perdurou por séculos, senão até hoje. Considerados eternos neófitos, careceriam de um tutor para os colocarem em sintonia com o novo sagrado que se propunha e com a civilização que se esperava deles. Seriam os missionários das diversas ordens, mas principalmente os jesuítas, os agentes pensados para essa tutoria, preparados para tal atuação em suas escolas e faculdades.

Os missionários jesuítas e as suas missões, sobre os quais deteremos o nosso olhar, estiveram espalhados por toda América, como já falamos, e no Brasil tiveram participação fundamental para a criação da cultura brasileira. A sua presença, seja em Missões Volantes, quando caminhavam entre as aldeias para pregar, batizar, casar, dar extrema-unção, seja em Missões de Aldeamento fixas, com construção de templos, moradias, oficinas e outras unidades produtivas, como os currais, foi uma constante no território indígena do que hoje chamamos de Brasil, promovendo a catequização e o surgimento de novas relações entre os homens.⁶

Dentre os sacramentos administrados nas Missões Volantes, era o batismo o mais importante para os missionários, por ser ele o símbolo da passagem de “bárbaro” a “homem”.⁷ Era através dele que se confirmava a “conversão”, que se distinguiu o “pagão” do “converso”, mas, também distinguiu o índio “bom” do “mau, o “amigo”, do “inimigo”. Com o recebimento do nome cristão, o “convertido” tornava parte da comunidade cristã e dentro dela o índio poderia estar seguro contra a escravidão. Esse afã em “salvar almas” pode ser evidenciado pelo grande número de batizados que os missionários faziam, como descreveu o Padre Bettendorf⁸: “... e como eram tantos os meninos era necessário pôr-lhes um escriptinho na testa para poderem lembrar correntemente de seus nomes quando administravam os Sacramentos do Santo Baptismo.”

No entanto, somente o batismo não garantia que esse novo “súdito” estivesse apto a servir ao seu novo rei: novas práticas sociais, econômicas e políticas lhe deveriam ser ensinadas para que fosse útil à Coroa. Assim, ao lado das suas funções religiosas, como a celebração dos batismos e missas, das confissões e comunhões, assim como o ensinamento da doutrina cristã, os missionários também tentavam alcançar uma mudança dos costumes, ou melhor, tentavam “civilizar” os indígenas. Segundo Serafim Leite, “*A obra de sua conversão iria estabelecer-se mais num plano prático do que doutrinário, mais de mudança de costume que de fé*”.⁹

12

Não é por outro motivo que, desde 1558, o Padre Superior da Província Jesuítica do Brasil, o jesuíta Manoel da Nóbrega, estabeleceu para os seus missionários subordinados a “*Lei que se deve dar aos índios*”¹⁰:

- 1 - defender-lhes de comer carne humana e guerrear sem licença do Governador;
- 2 - fazer-lhes ter uma só mulher;
- 3 - vestirem-se, pois têm muito algodão, ao menos depois de cristãos;
- 4 - tirar-lhes os feitiçeiros;
- 5 - mantê-los em justiça entre si e para com os cristãos;
- 6 - fazê-los viver quietos, sem se mudarem para outra parte senão para entre cristãos, tendo terras repartidas que lhe bastem, e com estes Padres da Companhia para os doutrinarem.

A dificuldade de comunicação inicial na transmissão da doutrina, que exigia inclusive intérpretes tanto para a catequese quanto para as confissões; a rapidez com que se efetuavam os batismos em massa; a curta permanência dos missionários entre os índios; a resistência exercida pelos Principais e curandeiros, são

⁶ LOPES, Fátima Martins. Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado; Fundação Guimarães Duque, 2003.

⁷ LEITE, Serafim. Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil. São Paulo: Comissão do IV Centenário de São Paulo, 1954. v. 1, p. 10.

⁸ BETTENDORF, João Felipe. Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão (1699). Revista do Instituto Histórico Brasileiro, t. 72, parte 1, 1910, p. 168.

⁹ LEITE, Serafim. *Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil, 1549-1760*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965. p. 68. ¹⁰ Apud LEITE, Serafim. *Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil*, p. 22.

alguns dos motivos que os missionários apontavam para o que chamavam de uma conversão superficial e temporária dos indígenas. Isto é, uma conversão miscigenada, “contaminada” pela própria cultura indígena, criando aquilo que Ronaldo Vainfas chamou de “*catolicismo tupinambá*” no seu livro *Heresia dos Índios*. Para Vainfas, o resultado das missões volantes entre os índios Tupi seria uma conversão construída “...por meio das traduções do catolicismo para o tupi e a tradução tupi do catolicismo; por meio das circularidades entre os símbolos culturais cristãos e os indígenas.”¹¹ Dessa forma, na realidade, os índios seriam mais “*cristianizados*” do que cristãos, isto é, teriam apenas passado pelo processo de catequese, o que não garantia que fossem cristãos de fato.

O que era considerado a fraqueza do processo de catequização levou ao estabelecimento de missionários fixos nos Aldeamentos, como passaram a ser chamados os estabelecimentos que, sob a direção de um missionário, congregava os indígenas num local sob os cuidados e atenção constante de um padre.

Para o Padre Nóbrega, era necessário fornecer condições para que estes homens se convertessem, e, no entendimento dele, estas condições não se dariam apenas pelas pregações, mas através do exemplo de bons cristãos e do controle (“*sujeição moderada*”), e ambos só se conseguiriam plenamente, longe dos matos, através de vida sedentária em aldeias sob a orientação dos missionários, onde se facilitaria a educação cristã dos adultos e dos filhos “*sob um regime de autoridade paterna*”.¹²

A partir da década de 1560, iniciou-se então uma nova fase da ação catequética no Brasil, a das Missões de Aldeamento, que deram início à prática da política dual em relação aos índios: os “mansos” deveriam ser estabelecidos em Aldeamentos, sob o governo e autoridade espiritual e temporal dos missionários, com a garantia de liberdade; para os índios “hostis”, que atacavam as povoações e colonos, manteve-se um concomitante sistema de guerra, apresamento e escravidão.¹³

As Missões, como foram chamados genericamente os aldeamentos que fossem criados e organizados sob as vistas de missionários, geralmente localizavam-se afastadas das povoações e mais próximas do *habitat* natural do indígena, passando a ser o centro da ação catequética, inicialmente dos jesuítas e depois das outras ordens religiosas também. Assim, ainda no século XVI, iniciou-se o processo de formação de aldeamentos dos jesuítas, para onde eram levados os índios “mansos” em São Paulo de Piratininga (SP), em 1553 e São Paulo, na Bahia, em 1558.¹⁴ Para Beatriz Dantas, estes aldeamentos eram verdadeiros “... *redutos dos aborígenes sobreviventes à conquista*”, o que não deixa de ser verdade, já que recebiam os índios que haviam sobrevivido às guerras ou às epidemias.¹⁵

13

Sobre os primeiros Aldeamentos da Bahia, o Padre José de Anchieta relatou:

Tem nelas suas casinhas bem acomodadas, cobertas de palmas, e igrejas capazes onde ensinam aos Índios as cousas necessárias à salvação, lhes dizem a missa e ensinam a doutrina cristã duas vezes cada dia, e também em cada uma ensinam aos filhos dos Índios a ler, escrever, contar e falar português, que aprendem bem e falam com graça, ajudar na missa, e **desta maneira o fazem polidos e homens**. Em uma delas lhes ensinam a cantar e

¹⁰ Apud LEITE, Serafim. *Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil*, p. 22.

¹¹ VAINFAS, Ronaldo. *Heresia dos índios, catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 117, 150, 151 e 158. Para ele o catolicismo tupinambá seria resultado de um “processo de transculturação complexo que escapava a vontades individuais.”

¹² NÓBREGA, Manuel da. “Diálogo sobre a conversão do gentio” (1577). In: *Cartas do Brasil*, São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. (Cartas Jesuíticas, v. 1). p. 229-245.

¹³ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) *História dos Índios no Brasil*.

¹⁴ LEITE, Serafim. *Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil*, 1549-1760, p. 7.

¹⁵ DANTAS, Beatriz. *Missão indígena no Geru*. Aracaju: Programa de Documentação e Pesquisa Histórica/UFS, 1973. Comunicação ao V Simpósio de História do NE-Aracaju; Xerografado. p. 1.
governadores e não há mais que quando fazem alguns delitos, o meirinho os manda meter em um tronco um dia ou dois, como ele quer; não tem correntes nem outros ferros de justiça ...”

tem coro de canto e flautas para suas festas, [...] que dão contento e causam devoção, por serem feitas por gente tão indômita e barbara, mas, pela bondade divina e diligência dos nossos, **feitos já homens e cristãos**. (grifo nosso)¹⁶

Vê-se que, como afirmara Nóbrega anteriormente, o entendimento jesuítico de catequese era a transformação de “*feras*” em “*homens*”, o que conseguiam fazer ao formalizar a incorporação territorial e espiritual das terras e índios do Brasil ao cristianismo, através da vivência “civilizada” dentro da área delimitada do aldeamento.

Segundo orientação do Governador Geral, Mem de Sá, as Missões deveriam ter uma organização administrativa como as outras vilas de habitação colonial, com um Meirinho, espécie de autoridade civil escolhida entre os indígenas, que se encarregava da vida administrativa, isto é, de fazer os outros indígenas cumprirem as novas funções que deles eram esperadas: trabalho na roça, idas à igreja, comparecimento à pregação da doutrina. Eram eles também os encarregados das punições, caso houvesse infrações.¹⁷

As Missões preservaram a liberdade dos índios ao manter o poder dos missionários, mas possibilitou o recrutamento da mão-de-obra indígena, garantindo aos colonos o serviço de índios mediante o pagamento de “aluguel” aos índios das Missões.

Na primeira metade do século XVII, acompanhando a interiorização colonial, os aldeamentos começaram a ser fundados também nos sertões, para assistir e cristianizar os índios das novas áreas ocupadas. Partindo do Colégio da Bahia, através do Rio Real e do São Francisco, alcançaram o Piauí, Maranhão, Ceará e Goiás, e do Colégio de Pernambuco chegaram à Paraíba, Rio Grande e Ceará. Os jesuítas também passaram a atuar no Maranhão em 1622, e no Rio de Janeiro em 1640.¹⁸

Durante todo esse período, existiram vários conflitos entre colonos e missionários que envolviam o apresamento ilegal dos índios, inclusive os ataques às Missões existentes. O que resultou na criação do *Regimento das Missões*, que deu aos Padres da Companhia de Jesus o controle espiritual, político e temporal dos aldeamentos, porém garantindo o acesso dos colonos ao trabalho indígena, que deveria ser contratado em troca de pagamento. A segurança da colônia também ficava assegurada, pois os índios aldeados deveriam estar sempre “... *promptos para acodirem à deffensa do Estado, e justa guerra dos certoens, quando para ella sejão necessarios.*” Determinava-se, também, que nos aldeamentos só deveriam morar os índios, a quem se garantia liberdade, inclusive quando fossem casados com escravos negros. Os missionários deveriam ser encarregados de manter pelo menos “150 vizinhos” nos aldeamentos, buscando sempre atrair novos indígenas dos sertões. Deveriam também cuidar para que os índios aldeados tivessem “*vida honesta*” e, para isto, eles deveriam trabalhar para garantir o seu sustento e para estabelecer o comércio com os colonos, tanto de produtos como de trabalho, com justo salário que deveria ser pago pelos serviços. Determinava que metade dos homens válidos para o trabalho deveria permanecer fora das aldeias por cada temporada, e que não entraria nesta repartição os índios menores de treze anos, nem as índias, com exceção de algumas “*farinheiras*” (que trabalhavam na colheita da mandioca e fabricação da farinha) e das amas de leite, para servirem por tempo determinado a pessoas a quem os missionários achassem que as tratariam bem.¹⁹

Foi a mão-de-obra indígena que fez os mais diversos trabalhos para os colonos. Na Capitania do Rio Grande, por exemplo, trabalharam nos barcos de pescarias, nas salinas, nas “*redes*” (pescaria na costa), como “*comboieiros de gado*”. Essa variedade de serviços prestados fazia do trabalho indígena uma solução tanto para as necessidades da produção econômica destinada ao comércio intracolônial, quanto para a segurança e organização da vida na colônia.

¹⁶ ANCHIETA, José de. “Informação da Província do Brasil para o nosso Padre” (1585). Cartas, p. 424.

¹⁷ José de Anchieta apud. ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de História Colonial, 1500-1800. Rio de Janeiro: Briquet, 1969. p. 88: “O castigo que os índios têm, é dado por seus meirinhos feitos pelos governadores e não há mais que quando fazem alguns delitos, o meirinho os manda meter em um tronco um dia ou dois, como ele quer; não tem correntes nem outros ferros de justiça ...”

¹⁸ LEITE, Serafim. *Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil*, p. 97-99.

¹⁹ BEOZZO, José Oscar. *Leis e Regimentos das Missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983. p.112-120.

Da mesma forma que aos colonos, os trabalhos feitos pelos índios aldeados para o “*bem comum*”, isto é, os serviços públicos pedidos pelas autoridades coloniais em nome do rei, também eram essenciais. Para o “*bem comum*”, os indígenas aldeados no Rio Grande limpavam os caminhos, abriram canais para água, carregaram barcos com pau-brasil, serviram de correio para as mensagens oficiais, reformaram o forte dos Reis Magos e construíram prédios públicos, enfrentaram os negros quilombolas, e trabalharam em minas de salitre, para produção de pólvora.

Produções

Aqui na Capitania do Rio Grande do Norte, a implantação de Missões, só aconteceu no último quartel do século XVII, depois da expulsão dos holandeses. Em 1679, os primeiros missionários jesuítas, que haviam percorrido as aldeias dos indígenas Potiguara durante seu período de missões volantes no início do século XVII, chegaram à Capitania, instalando duas Missões nas aldeias Potiguara de Guajiru e Guaraíras. Mais tarde, em consequência da Guerra dos Bárbaros, implantaram nova Missão na Ribeira do Rio Apodi. Nova leva de missionários surgiria já em pleno século XVIII, chegando ao Rio Grande os Frades Capuchinhos que fundaram as Missões de Mipibu e de Apodi. E os Frades Carmelitas Reformados que instalaram a Missão de Igramació.²⁰ (FIG. 1)

No período holandês (1630-1654), Zacharias Wagner (FIG. 2) pintou uma imagem que pode ter sido a representação das pequenas missões iniciantes: um terreiro retangular cercado por habitações indígenas rudimentares, tendo em um dos lados menores a pequena capela de madeira com sua sineira. Deve-se

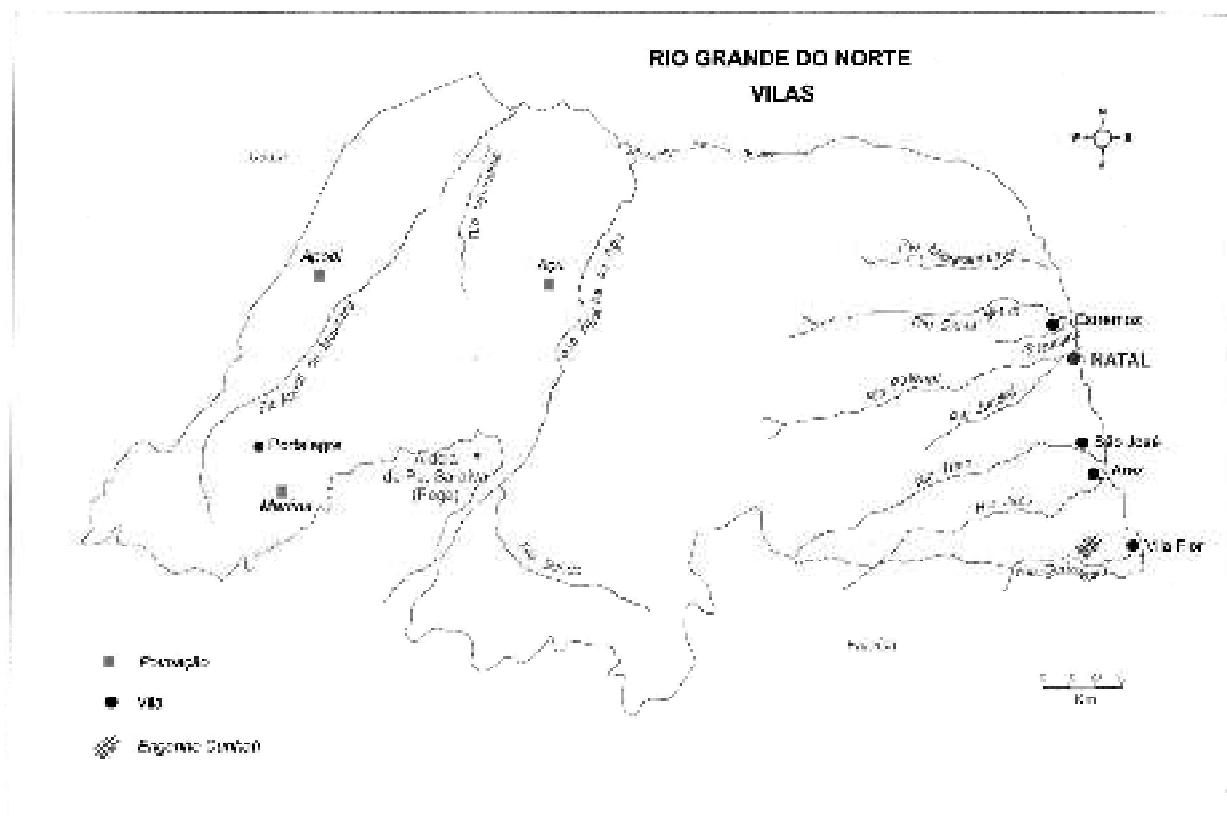


Figura 1: Mapa. Missões da Capitania do Rio Grande do Norte, localização.

Fonte: Acervo da autora.

²⁰ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*, p. 166-167.

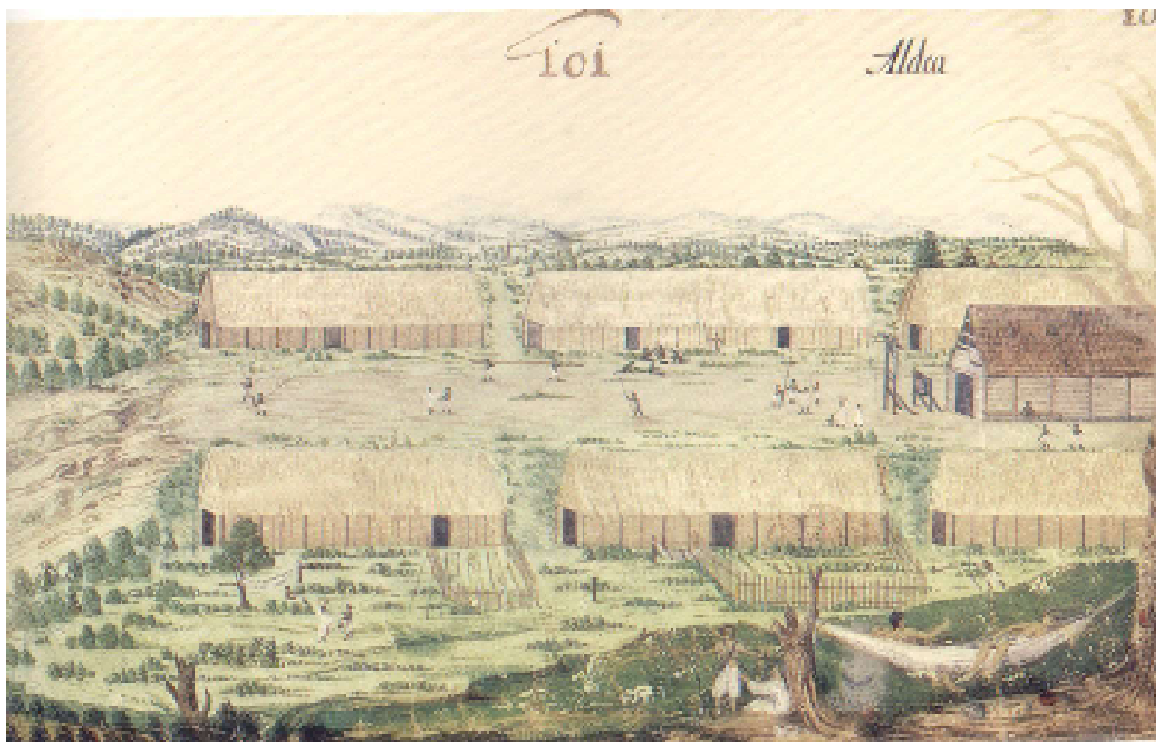


Figura 2: “Aldeia Tupinambá”, de Zacharias Wagner.

Fonte: *O BRASIL nas vésperas do mundo moderno*. Lisboa: Comissão Nacional para a comemoração dos Descobrimentos, 1992. p. 157. (Aquarela do Thier Buch, f. 101. Dresden, Kupferstich-Kabinett).

lembrar que os momentos iniciais que exigiam um esforço maior para a organização da vida, e eram também mais vulneráveis a mudanças repentinas; portanto, as estruturas eram de pouca durabilidade, de madeira ou barro, cobertas com folhagens.²¹

16

O terreiro central, cercado pelas casas e pela igreja, era a área de convivência comunal, frequentemente encontrado nas aldeias indígenas tradicionais, e que nos aldeamentos faria uma ponte entre o mundo nativo e colonial. Ali existia o cruzeiro, ocorriam as pregações religiosas e as chamadas para o trabalho, mas também era o palco para as festas e danças indígenas. Era dentro deste espaço delimitado, que a aprendizagem do novo modo de vida de matriz europeia deveria ocorrer, seguindo regras e horários estabelecidos a fim de proporcionar a sedimentação de uma forma de agir “civilizada”.

Posteriormente, as Igrejas das Missões que já tinham certa estabilidade, puderam ter estruturas de caráter mais definitivo, que incluíam tijolos, pedras e telhas, como o caso da igreja de Nossa Senhora do Desterro da Missão de Igramació (FIG. 3), construída entre 1743 e 1745, que ainda hoje guarda as suas linhas originais com pouquíssimas mudanças. Quanto ao estilo arquitetônico e fachadas, as capelas iniciantes dos aldeamentos do Rio Grande deveriam seguir o padrão verificado nos outros aldeamentos do Brasil colonial:

²¹ CARTA RÉGIA ao Capitão-mor da Paraíba, 13/01/1701. Arquivo Histórico Ultramarino, códice 257, fl. 66v: “... para edificação dessas igrejas ordena que se obrigue aos moradores que se achão vizinhos e junto aos sítios destas aldeias, concorram para a despesa que se entende não pode ser de grande importância, porque além de não ser de grande custo, de serem de junto de si, poderão os mesmos índios ajudar no trabalho destas obras, e o que faltar suprirá a Fazenda Real ... e sobretudo, porque poderão ter com estas aldeias umas muy importantes conveniências como costumam ter onde há índios ou mestiços que vivem com lei e conhecimento da verdade e religião católica.” Sobre as estruturas arquitetônicas das Missões religiosas no Brasil ver: COSTA, Lúcio. A arquitetura jesuítica no Brasil. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 5, p. 9-110, 1941; TOLEDO, Benedito Lima de. Do século XVI ao início do século XIX: maneirismo, barroco e rococó. In: ZANINI, Walter (Org.). *História geral da arte no Brasil*. . São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983. p. 114-127; e BARROS, Clara Emília Monteiro de. *Aldeamento de São Fidélis: o sentido do espaço na iconografia*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.



*Figura 3: Igreja de N. Sra. do Desterro da Missão de Igramació, 2005.
Foto: Acervo da autora.*

estilo sóbrio e de formas geométricas, com fachada simples, com janelinhas de coro e frontão triangular, podendo receber algumas volutas, e, geralmente, sem torres.

Por outro lado, a permanência mais duradoura dos aldeamentos, assim como, a continuidade da sua habitabilidade mesmo depois da extinção das Missões como reduto indígena, pôde gerar igrejas de grande porte como as das Missões de Guajiru, Guaraíras, Mipibu e Apodi que, entre 1679 e 1755, iniciaram-se invariavelmente como capelas de madeira e barro, passando a pequenas igrejas de tijolo e pedra, chegando à feição atual, com algumas modificações na aparência, feitas, ao longo dos séculos seguintes.²²

As capelas iniciais deveriam seguir o padrão estrutural das capelas coloniais, em que a capela-mor e a nave constituíam o mesmo corpo da construção, dividido por um arco-cruzeiro, como acontece na igreja de Nossa Senhora do Desterro, em Vila Flor. Com a ampliação do tamanho do corpo das igrejas, elas devem ter incorporado outras capelas internas laterais, como pode ser inserido pelo conjunto de imaginária deixado pelas igrejas de São Miguel de Guajiru e de São João Batista de Guaraíras, relacionadas por ocasião da extinção das Missões e expulsão dos jesuítas em 1759.

Na Igreja de São Miguel da Missão de Guajiru, na época pombalina em que ocorreram as transformações das Missões em Vilas, em 1760, havia as imagens de São Miguel (orago), Nossa Senhora dos Prazeres, Nossa Senhora do Rosário, Santana, São Joaquim, São Pedro, Santo André, São Felipe, São Sebastião, Menino Jesus e Jesus Cristo Crucificado; na Igreja de São João Batista da Missão de Guaraíras havia um São João Batista (orago), dois Santo Cristo e uma Nossa Senhora da Conceição, todos com ornamentos em ouro e prata.²³

²² Ver: NESI, Jeanne F. Leite. As ruínas de igreja e hospício dos jesuítas, em Estremoz. O Poti, Natal. 21 jul. 1991. Revista, p. 4; A igreja de N. Sra. do Desterro de Vila Flor. O Poti, Natal, 03 nov. 1991. Revista, p. 3; A igreja de N. Sra. do Ó, em Nísia Floresta, RN. O Poti, Natal, 22 dez. 1991. Revista, p. 3; A igreja-matriz de São José do Mipibu. O Poti, Natal, 29 dez. 1991. Revista, p. 3; A igreja-matriz e o hospício jesuíta de Arês. O Poti, Natal, 04 jan. 1992. Revista, p. 4. ta, p. 4.

²³ INVENTÁRIO e sequestro dos ornamentos, ouro, prata, imagens e bens móveis que os padres da Companhia de Jesus possuem nas Missões e Igrejas das Capitanias do Ceará e Rio Grande do Norte. Arquivo Histórico Ultramarino. Cód. 1964–1759-1761. 1 vol.

Os inventários dos bens pertencentes às Igrejas das antigas Missões de Guajiru e Guaraíras, novas Vilas de Estremoz e Arez, foram tomados pelo Ouvidor Bernardo Coelho da Gama e Casco. São inventários bastante detalhados quanto aos bens em geral, mas particularmente aos da Igreja, com suas alfaías do ornato e serviços religiosos e paramentos sacerdotais em algodão, linho, bretanha, amburgo, baeta e damasco.²⁴

As igrejas descritas com suas sacristias apresentavam tamanhos aproximados e eram feitas em “*pedra e cal e nova*”. A de Guaraíras tinha uma pia batismal grande e três pias de água benta em pedra vindas da Paraíba, dez bancos “...onde costumam sentar os índios e os de fora...”, três confessionários em madeira e um sino grande.

As casas de residência dos Párocos de ambas as Missões tinham um mobiliário pouco e básico de mesas, cadeiras, armários e estantes que serviam à sala, refeitório, livraria, varanda e aos cubículos ou celas individuais dos antigos missionários, assim como um enxoval de cama para três pessoas e um curioso arsenal de objetos de higiene pessoal com tesouras para cortar cabelo e estojos para barba. Existia também uma “*livraria*”, isto é, um conjunto de livros usados e rotos, ligados aos serviços religiosos e à vida religiosa. As cozinhas também tinham um equipamento básico de panelas, tachos, caldeirões, pratos e talheres de mesa, feitos em latão, estanho, folha de flandres, cobre, ferro, metais amarelos, um pouco de cerâmica branca, peças de barro cozido e poucos copos e frascos de vidro.

Em ambos os inventários estão presentes apetrechos relacionados à produção econômica que era feita pelos índios das comunidades. Para a pescaria, tresmalhos e tarrafas com suas chumbadas, uma rede para pesca no mar e canoas, lembrando os trabalhos que eram feitos pelos índios nas próximas das Lagoas de Guajiru e Guaraíras, e do próprio mar. Foram arroladas também ferramentas utilizadas nos trabalhos agrícolas: machados, enxadas, enxós, alavancas, ferros de cavar, mas em número bastante reduzido, o que explicaria a decisão da Coroa de fornecer mais ferramentas às novas Vilas, já que era intenção primordial estabelecida pela Coroa que os novos vassalos fossem “*bons agricultores*” e que participassem do comércio colonial.

Foram também inventariadas ferramentas de oficinas especializadas necessárias à construção civil e ao serviço com os animais de tração. Em Guaraíras havia uma ferraria, uma carpintaria, uma “*roda de fiar da terra*” e um tear utilizados, provavelmente, pelas índias que teciam o algodão produzido para a comunidade e para os missionários. Em Guajiru havia uma olaria “*de fazer telha e tijolo com três grades de ferro*”.

18

No item dos bens semoventes, no inventário da Missão de Guaraíras foram somadas 174 cabeças de gado vacum, 57 cavalar, 27 cabeças de gado caprino, 38 de ovinos e três porcos. No de Guajiru havia 61 cabeças de gado vacum e 9 cavalar, e um carro de boi com seus seis bois, e ainda 15 escravos, cuja relação nominal é instigadora para se pensar sobre a miscigenação da população que vivia na Missão e nos seus arredores, pois todos os escravos casados o eram com parceiros libertos.

Logo em 1760, os primeiros Diretores das Novas Vilas criadas pelo Marquês de Pombal enviaram à Lisboa um material produzido pelas meninas e meninos indígenas das antigas Missões jesuíticas de Guaraíras (Vila de Arez) e Guajiru (Vila de Estremoz) (FIG. 4 e 5): são fiadas de algodão e rendas produzidas com elas, juntamente com pequenos escritos escolares, de menção religiosa, que demonstravam o grau de envolvimento desses meninos com a nova cultura.

Da mesma forma, no inventário da casa paroquial da Missão de Guaraíras há umas peças bastante interessantes que fazem pensar sobre a contribuição que os missionários jesuítas deram às trocas culturais em nível global que ocorreram por todo período colonial: “*uma chocolateira com sua colher*”, “*três urupemas finas e uma grande de peneirar massa*”, “*quatro ralos para ralar mandioca*”, “*uma jarra onde se guarda arroz*”, “*umas charamelhas*” (espécie de precursora da clarineta) e “*um baú de Moscóvia*”. São peças originárias de três continentes diferentes que faziam parte do dia-a-dia desses homens europeus isolados numa aldeia indígena que foram em certa medida responsáveis pela mistura cultural da qual resultou a cultura brasileira.

²⁴ LOPES. Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII. Recife: UFPE, 2005. Tese de Doutorado. p 172 – 176.

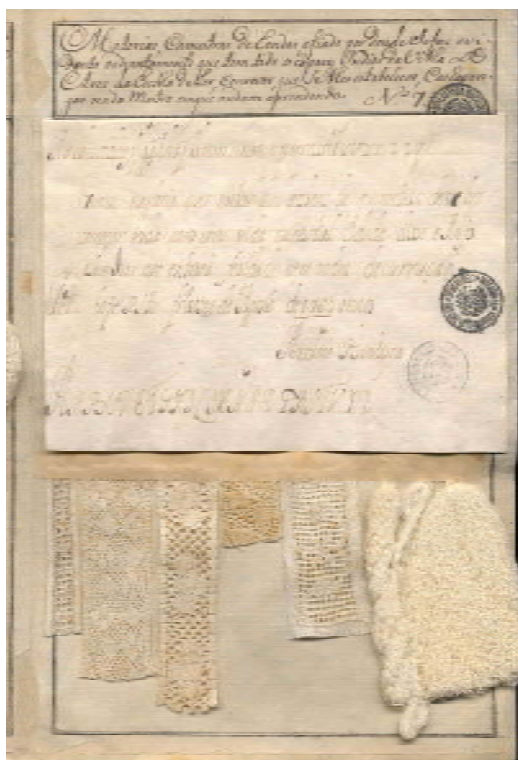


Figura 4: Rendas e escritos dos índios aprendizes da Vila de Arez, 1760.

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, ICON D. 1823.

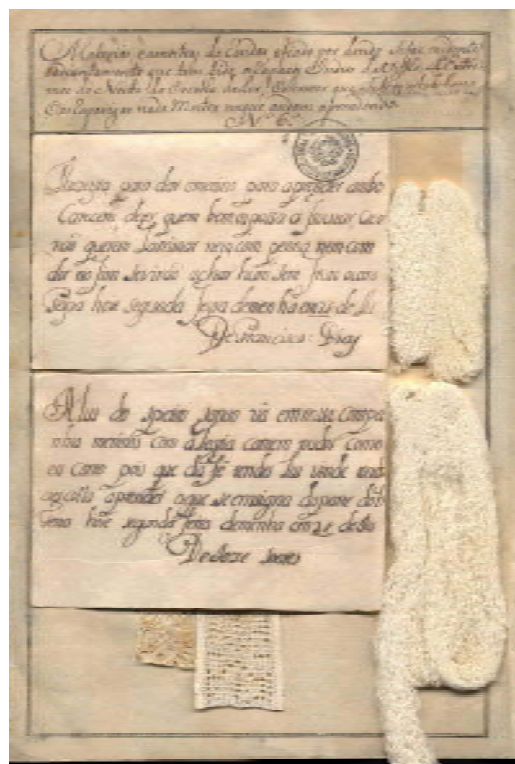


Figura 5: Rendas e escritos dos índios aprendizes da Vila de Estremoz, 1760.

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, ICON D. 1823.

Referências

1500-1800. Rio de Janeiro: Briquet, 1969.

ANCHIETA, José de. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. (Cartas Jesuíticas, n.3).

BARROS, Clara Emília Monteiro de. *Aldeamento de São Fidélis: o sentido do espaço na iconografia*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

BEOZZO, José Oscar. *Leis e Regimentos das Missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

BETTENDORF, João Felipe. *Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão (1699)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, t. 72, parte 1, 1910.

CARTA RÉGIA ao Capitão-mor da Paraíba, 13/01/1701. Arquivo Histórico Ultramarino, Códice 257, fl. 66v.

COSTA, Lúcio. *Arquitetura jesuítica no Brasil*. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 5, 1941, p. 9-100.

DANTAS, Beatriz Góis. *Missão Indígena no Gerú. Aracaju*: Programa de Documentação e Pesquisa Histórica/UFS, 1973. Comunicação ao V Simpósio de História do NE-Aracaju; Xerografado.

FROLICH, Roland. *História da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1987.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

INVENTÁRIO e sequestro dos ornamentos, ouro, prata, imagens e bens móveis que os padres da Companhia de Jesus possuem nas Missões e Igrejas das Capitanias do Ceará e Rio Grande do Norte – 1759-1761. Arquivo Histórico Ultramarino. Códice 1964. 1 vol.

LEITE, Serafim. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. São Paulo: Comissão do IV Centenário de São Paulo, 1954. v. 1, 2 e 3.

_____. *Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil: 1549-1760*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado; Fundação Guimarães Duque, 2003.

_____. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório O BRASIL nas vésperas do mundo moderno*. Lisboa: Comissão Nacional para a comemoração dos Descobrimentos, 1992.

MAHN-LOT, Marianne. *A Descoberta da América*. São Paulo: Perspectiva, 1984.

NESE, Jeanne F. Leite. *As ruínas de igreja e hospício dos jesuítas, em Estremoz*. O Poti, Natal. 21 jul. 1991. Revista, p. 4;

_____. *A igreja de N. Sra. do Desterro de Vila Flor*. O Poti, Natal, 03 nov. 1991. Revista, p. 3;

_____. *A igreja de N. Sra. do Ó, em Nísia Floresta, RN*. O Poti, Natal, 22 dez. 1991. Revista, p. 3; Pombalino no século XVIII. Recife: UFPE, 2005. Tese de Doutorado.

_____. *A igreja-matriz de São José do Mipibu*. O Poti, Natal, 29 dez.. 1991. Revista, p. 3;

_____. *A igreja-matriz e o hospício jesuíta de Arês*. O Poti, Natal, 04 jan. 1992. Revista, p. 4

NÓBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil (1549-1560)*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. (Cartas Jesuíticas, v. 1).

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial (séculos XVI a XVIII)* In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP; SMC; Companhia das Letras, 1992. p. 115-132.

ROMANO, Ruggiero. *Os Mecanismos da Conquista Colonial: os conquistadores*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

TOLEDO, Benedito Lima de. *Do século XVI ao início do século XIX: maneirismo, barroco e rococó*. In: ZANINI, Walter (Org.). *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983. p. 114-127.

VAINFAS, Ronaldo. *Heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BRASIL nas vésperas do mundo moderno. Lisboa: Comissão Nacional para a comemoração dos Descobrimentos, 1992. p.157.